



Relatório da Audiência Pública da Despoluição Sonora realizada em 06/12/2025

Resumo Executivo

A Câmara Municipal de São Paulo realizou, em 6 dezembro de 2024, uma Audiência Pública presencial no auditório Freitas Nobre (auditório externo da Câmara) para discutir a poluição sonora urbana na cidade. A audiência foi convocada pelo vereador Professor Toninho Vespoli (PSOL), por meio de requerimento aprovado na Comissão de Administração Pública. O objetivo central foi debater a qualidade acústica da cidade e os impactos da poluição sonora em bairros afetados por eventos de grande porte, como o entorno do Allianz Parque (estádio do Palmeiras), Vale do Anhangabaú (região central), Estádio do Pacaembu e outros locais públicos utilizados para shows e festivais. Participaram da mesa representantes de movimentos de moradores dessas regiões: Júpira (Movimento de moradores do Allianz Parque), Bárbara (Movimento Anhangabaú Sem Barulho, moradora da Bela Vista/Bixiga), Thais (moradora do Bixiga, também do movimento Anhangabaú Sem Barulho), Saúl (representante dos moradores do Bom Retiro, próximo ao Parque/Clube Tietê), Fábio (presidente da Associação Viva Pacaembu) e Marcelo Sando (idealizador da Frente Cidadã pela Despoluição Sonora e do movimento Paulista Boa Para Todos). Autoridades municipais foram convidadas, como o Secretário das Subprefeituras, o Subprefeito da Sé, o presidente da CETESB e bem como representantes da concessionária do Vale do Anhangabaú, porém nenhuma compareceu, fato lamentado pelo vereador Toninho como um “desrespeito à população e à própria Câmara”. A audiência foi transmitida ao vivo pelos canais institucionais da Câmara para garantir transparência e participação pública.

Resumo das falas dos membros na mesa:

- **Júpira Cahuy (Moradora do entorno do Allianz Parque/Lapa)** – Agradeceu a oportunidade de dar voz aos movimentos e destacou, de forma simbólica, que a própria audiência começou competindo com o barulho de um gerador ligado no local. Júpira integra o Conselho de Meio Ambiente (CADES) da Lapa e a Frente Cidadã pela Despoluição Sonora, e apresentou dados alarmantes sobre eventos barulhentos em áreas abertas da cidade. Ela citou estádios (Allianz Parque, Pacaembu, Morumbi), espaços públicos tombados (Vale do Anhangabaú) e parques municipais/estaduais (Ibirapuera, Água Branca, Villa-Lobos etc.) que vêm sendo usados para shows e festivais, gerando impactos de vizinhança severos. No Allianz Parque, desde sua inauguração em 2014, os moradores convivem com ruído constante e frequente: foram 58 eventos em 2022, 70 em 2023 e 79 eventos em 2024 e 68 em 2025, somando shows e jogos, o que significa semanas com múltiplos eventos. Muitos shows duram o

dia inteiro e avançam até 23h30, ou festivais das 11h da manhã até a noite, deixando a população exposta ao incômodo por horas seguidas. Ela lembrou que o problema não é só o som alto em si, mas todo o combo de impactos: milhares de pessoas acampando ou em filas nas ruas dias antes, ruas bloqueadas, dificuldade de entrar ou sair de casa, além de vibrações que fazem janelas trepidarem e até prédios “balançarem” durante os shows. Jupira relatou a longa luta legal dos moradores: desde 2010 há ações civis públicas e inquéritos no Ministério Público (MP) sobre os impactos do Allianz Parque. O MP chegou a solicitar estudos técnicos – o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) realizou medições que comprovaram a poluição sonora em 2017, derrubando a ideia de que era “mimimi” dos moradores. Mesmo assim, em 11 anos só houve 6 fiscalizações do PSIU (Programa de Silêncio Urbano) na Arena Allianz Parque, todas por provocação do MP, resultando em multas por excesso de ruído. Essas multas levaram a dois fechamentos administrativos temporários da arena, pois a lei determina fechamento após três infrações. No entanto, a Prefeitura logo permitiu a reabertura sem que o problema fosse resolvido, mostrando falha na fiscalização. Jupira mencionou que em 2022 foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a empresa gestora (WTorre), Prefeitura e MP para adequar a emissão sonora à lei, mas o TAC não foi homologado pelo Conselho Superior do MP porque, uma semana depois, uma emenda inserida na “lei das dark kitchens” alterou o limite de ruído permitido à noite de 50 dB para 75 dB – um verdadeiro “jabuti” legislativo que sabotou o acordo. Assim, 11 anos depois, os shows continuam muito acima dos limites e até as passagens de som – frequentemente mais barulhentas que o show – perturbam os moradores sem qualquer controle ou previsão nos alvarás. Ela explicou que a raiz do problema está nos alvarás de evento temporário emitidos pela Prefeitura: esses alvarás, concedidos via CONTRU (Secretaria de Urbanismo e Licenciamento), não exigem nenhuma medida para mitigar impacto de vizinhança, tratando basicamente de segurança do local. Assim, permitem-se eventos sucessivos em finais de semana, feriados e até virada de ano (ela citou show que começou em 31/12 e acabou de madrugada em 01/01), retirando do morador o direito ao descanso. Os alvarás estabelecem limites de ruído conforme a lei (quadro 4B do zoneamento ou norma NBR), mas fica tudo na autodeclaração do organizador – na prática, o som extrapola muito o permitido e não há fiscalização ativa. O PSIU, órgão municipal responsável por fiscalizar eventos, só aparece se o MP aciona, e mesmo assim às vezes nem atende (recentemente nem atendeu a uma solicitação do MP). Além disso, embora os alvarás proíbam queima de fogos em área interna, nos shows ao ar livre há queima de fogos barulhentos por tempo prolongado, sem punição. Jupira resumiu que há um conflito dentro do próprio poder público: “a mesma Prefeitura que autoriza é a que deveria fiscalizar; a que fecha (por infração) é a que muda a lei para reabrir” – ou seja, decisões desencontradas que deixam os cidadãos desprotegidos. Ela também ressaltou o transtorno da montagem e desmontagem de estruturas: caminhões e trabalhadores operando na madrugada, ruas bloqueadas, som de marteladas e testes de som em dias anteriores – nada disso consta do alvará, então não há regra nem controle. O resultado são vários dias por semana em que os moradores sofrem com pressão sonora no ouvido e ruídos muito

acima do tolerável, inclusive durante esses preparativos pré-evento. Além do som, há aglomerados de pessoas nas ruas (desde madrugada, como no dia da audiência já havia filas às 6h da manhã no Allianz), uso do espaço público para filas por falta de área interna – ruas fechadas, trânsito desviado, pontos de ônibus desativados, prejudicando a mobilidade urbana. Jupira finalizou enfatizando que todos esses problemas se repetem nos diversos locais e já são conhecidos da Prefeitura, da Câmara e do MP – “nada disso é novidade, a gente fala e repete”. Ela elogiou a criação da Frente Cidadã pela Despoluição Sonora por unir os movimentos e focar na dimensão de saúde pública do ruído. Apresentou algumas possíveis soluções que podem mitigar eventos temporários que contam com alvará da Prefeitura, como a SMUL/CONTRU incorporar no alvará providências para evitar impactos durante a montagem, desmontagem e permanência de público; incluir no alvará regras e fiscalizar a passagem de som; incluir no alvará regras e fiscalizar a queima de fogos; limitar a quantidade de eventos semanais e mensais e datas comemorativas em finais de ano; limitar a quantidade de horas de um mesmo evento; finalizar os eventos no máximo às 23h; não autorizar a realização de eventos durante a madrugada. Propõe que a Promotoria de Justiça de Meio Ambiente do Ministério Público analise os inquéritos civis com objetos comuns sobre poluição sonora para ações comuns, bem como agir para responsabilização por improbidade e prevaricação e responsabilização criminal pelo não cumprimento da legislação.

- **Bárbara Campos (Mov. Anhangabaú Sem Barulho, moradora da Bela Vista/Bixiga)**
– Iniciou lembrando que o debate sobre poluição sonora é “antes de tudo, uma questão de saúde pública”. Bárbara relatou que seu bairro vem sendo profundamente afetado desde que o Vale do Anhangabaú, um espaço público histórico no centro de São Paulo, foi concedido à iniciativa privada para exploração comercial. Ela contextualizou a importância histórica e cultural do Vale: é um vale formado por rios subterrâneos (Saracura, Itororó, Bixiga convergindo no Anhangabaú) e foi palco de momentos marcantes da cidade. Após reformas de 2019-2021 (a Prefeitura reinaugurou o Vale em 2021 após gastar R\$105 milhões), o espaço passou a ser gerido pelo Consórcio Viva o Vale (concessionária Viva Anhangabaú) com um modelo de negócios focado em grandes shows, especialmente de música eletrônica. Esses eventos privados, de longa duração e altíssima potência sonora, têm provocado poluição sonora generalizada no centro. Por ser um vale aberto, o som dos shows no Anhangabaú se propaga pelos vales adjacentes – atingindo regiões da Avenida 9 de Julho, 23 de Maio, Vale do Paraíso/Prestes Maia e os bairros do Centro Velho e Centro Novo. Ou seja, o barulho “espalha pelos vales do entorno” e atinge milhares de moradores em prédios residenciais dessas áreas. Bárbara citou que o consórcio realiza shows com níveis de som muito acima do recomendado em leis municipais e normas de saúde brasileiras e internacionais, desrespeitando inclusive os horários limite da Lei do PSIU (que proíbe funcionamento de locais abertos entre 1h e 5h da manhã). Ela leu o trecho da lei municipal (Art. 147) que veda estabelecimentos com aberturas ou ao ar livre de operarem após 1h da manhã, enfatizando que isso se aplica ao Vale. Mesmo assim,

eventos madrugada adentro vêm sendo autorizados ali, em afronta clara à legislação. Bárbara ressaltou que não se trata de um problema de uma “pequena vizinhança” – a poluição sonora do Anhangabaú afeta moradores de bairros inteiros: Sé, Brás, Luz, Consolação, Bela Vista, Liberdade, Bom Retiro, entre outros. Somando a população desses bairros, são mais de 250 mil pessoas potencialmente impactadas, incluindo crianças, idosos, pessoas com comorbidades e trabalhadores que chegam esgotados ao serviço por não conseguirem descansar nos fins de semana. Ela relatou o caso de maio de 2025, mês em que houve 5 finais de semana: em 4 finais de semana ocorreram eventos que atravessaram as madrugadas, e em dois desses, por duas madrugadas seguidas, com o dia seguinte ainda tendo evento de 12 horas de duração. Durante esses eventos, medições registraram mais de 70 decibéis dentro das residências, a quase 2 km do Vale, além de projeções de luz fortíssimas entrando em todos os cômodos. Os prédios dos moradores chegaram a servir de “cenário” para os shows de luz, e o Vale ficou fechado com tapumes por mais de 20 dias naquele mês. Em suma, naquele mês 27 dias (de 31) tiveram algum evento ou montagem no Vale, e os moradores não tiveram um único fim de semana de descanso. Bárbara frisou que não são apenas as madrugadas: há eventos de longa duração de dia também, às vezes 12 horas seguidas de som alto, que invadem as casas continuamente com volume e vibração fortes. A situação vem se repetindo mensalmente – “todos os meses somos obrigados a não dormir”, o que está levando os moradores ao adoecimento. Ela enumerou problemas de saúde já relatados por inúmeros vizinhos desde o início desses eventos: ansiedade, insônia, taquicardia, gente que passou a tomar remédios para conseguir dormir. “Estamos adoecendo”, afirmou. Enquanto isso, Prefeitura e concessionária defendem esses eventos alegando benefícios para a cidade (turismo, empregos, “revitalização” do centro). Bárbara contestou esses argumentos do ponto de vista de uma moradora: dizer que “gera empregos” ignora que os moradores também são trabalhadores. Cada fim de semana sem descanso afeta diretamente a saúde e a produtividade de milhares de trabalhadores residentes, que também contribuem para a economia da cidade. Ela própria, por exemplo, investe no comércio local, utiliza transporte, lazer, mercado imobiliário, vida noturna – ou seja, movimenta a economia de São Paulo – e tem seu rendimento prejudicado pela privação de sono. Sobre a alegada “revitalização” do centro, Bárbara disse observar o contrário: a concessão está “desvitalizando” os moradores do entorno. Ela listou sinônimos de desvitalizar – cansar, debilitar, enfraquecer, deprimir, esgotar – para ilustrar o que a população vem sentindo. A situação é tão grave que muitos estão doentes, e “não podemos ficar com esse ônus em nossas vidas por causa de uma concessão mal feita” que gera poluição sonora evitável. Bárbara também argumentou que o espaço público do Vale do Anhangabaú está “desvitalizado” no sentido de não poder ter vida urbana espontânea. Atualmente, “você só pode estar lá quando a Viva o Vale (concessionária) permite, ou pagando os altos ingressos”. Nem mesmo tirar fotografias é possível livremente: fotógrafos que tentam fotografar no Vale ou na vizinha Praça Ramos são abordados por seguranças e impedidos. Ela questionou: “o que eles querem? Privatizar também a paisagem, os símbolos e a história da cidade?”. Por isso, sugeriu realizar um “fotografoço” no Vale

como protesto simbólico. Quanto ao argumento do turismo cultural, ela ponderou que esses eventos atendem a um público específico (fans de shows eletrônicos), não necessariamente fomentando um turismo amplo ou benéfico aos moradores. Pelo contrário, do ponto de vista do visitante comum, o centro tem ficado inacessível: Bárbara contou que, em dias de show, o Vale do Anhangabaú fica totalmente cercado por tapumes, intransitável. Ela viu uma excursão de alunos vir ao centro para aprender sobre a cidade e não conseguir enxergar nada do Vale – do alto do Viaduto do Chá via-se apenas ruas bloqueadas e tapumes escondendo o parque. Em seguida, Bárbara refutou a afirmação da concessionária de que “tudo está dentro do contrato”. Segundo ela, tanto o contrato de concessão quanto os alvarás municipais exigem o cumprimento das normas de incomodidade sonora (quadro 4B do zoneamento). Ainda assim, a empresa (W/Torre, líder do consórcio) segue desrespeitando as leis e direitos dos moradores. “Mesmo conhecendo a lei do PSIU, a prefeitura autoriza eventos de madrugada”, observou. Ela questionou se a Prefeitura continuará emitindo alvarás que violam sua própria lei do PSIU. Se a lei municipal não permite eventos abertos de madrugada, parece então que “a prefeitura vendeu algo que não se pode vender, e a concessionária comprou algo que não se pode comprar: o privilégio de não obedecer às leis”. Bárbara esclareceu que ninguém ali é contra uma cidade vibrante, com turismo, empregos, cultura e lazer – todos querem um centro ativo e seguro. Mas é preciso garantir a toda a população o direito à saúde e a um meio ambiente equilibrado. Ela espera que a audiência pública ajude a encontrar formas melhores de ocupar os espaços públicos diminuindo a poluição sonora a que os moradores estão submetidos. Concluiu agradecendo a atenção de todos e todas. (Após sua fala, Toninho Vespoli comentou que seu gabinete acionou o Ministério Público sobre o barulho no Vale, e relatou que em uma reunião no MP os representantes da concessionária alegaram, em tom conciliatório, que as reclamações até teriam diminuído – postura que ele classificou como “teatro” e “cara de pau”. Segundo Toninho, o promotor presente encaminhou para que o PSIU realize fiscalização no Vale, e ele espera “conseguir alguma vitória” com pressão popular.)

- **Fábio Cabral (Presidente da Associação Viva Pacaembu)** – Cumprimentou os presentes e manifestou respeito à iniciativa da Câmara em ouvir o clamor de “milhares de paulistanos reféns dos perturbadores do silêncio urbano”. Explicou que o bairro do Pacaembu foi concebido pelo urbanista Barry Parker no início do século XX, como um bairro-jardim residencial, horizontal, com rica vegetação, tombado em 1991 como patrimônio da cidade. No entanto, alertou que este direito ao sossego e à qualidade ambiental está em risco. Desde a concessão do Estádio Municipal do Pacaembu (Complexo Esportivo Paulo Machado de Carvalho) à iniciativa privada (Consórcio Alegria Pacaembu), os moradores enfrentam impactos negativos frequentes de poluição sonora, tanto dentro do estádio quanto na Praça Charles Miller (em frente ao estádio), onde a própria Prefeitura também promove eventos. Fábio enumerou os transtornos causados pela concessão e obra do estádio: foram quatro anos de barulho de obras, dia e noite, com enormes volumes de terra escavados, rebaixamento do lençol freático,

desvio do curso de um córrego (Pacaembu) e aterramento de nascentes – alterando a geologia local – além da demolição de 90% da estrutura original do estádio. No lugar, está sendo erguido um prédio multiuso de 44 mil m² (cinco andares, quatro subsolos) num fundo de vale, incluindo transposição de ruas, implantação de um hotel e um mini-shopping. Em outras palavras, a concessão transformou o estádio e seu entorno de maneira radical, com intensa obra civil e mudança de uso. Agora, segundo Fábio, estão sendo comercializados pelo concessionário cerca de 10 espaços dentro do complexo para locação de eventos de diversos portes, inclusive o campo (agora com gramado sintético). Com isso, estima-se um potencial simultâneo de até 65 mil pessoas no complexo e cerca de 4 milhões de visitantes por ano, de acordo com dados divulgados na mídia pelo próprio consórcio. Ele destacou que, apesar dessas enormes transformações urbanísticas, a Prefeitura modificou astuciosamente o PDE (Plano Diretor Estratégico) para não classificar a concessão do Pacaembu como “operação urbanística” – provavelmente para não ter que criar um Conselho Gestor com participação da sociedade, que seria exigido nesse caso. Ou seja, tratou a concessão como um simples “serviço municipal de locação de espaço para eventos” (categoria que não prevê controle social). Dados sobre a quantidade de eventos: Fábio informou que em 2025 ocorreram pelo menos 45 eventos entre o estádio e o complexo (sendo 5 grandes shows com quase 10 horas de duração cada), fora diversos eventos corporativos internos cuja informação não é transparente, e mais aproximadamente 25 eventos de grande porte na Praça Charles Miller no mesmo ano. Para 2026, a previsão (mantido o ritmo atual) é de 80 eventos ou mais no estádio e um evento a cada três dias no bairro se somados os da praça, o que significa praticamente fim de semana nenhum livre de barulho. Ele observou que, inclusive, recentemente houve notícias de calote do consórcio em fornecedores, o que põe em dúvida essa programação – mas se realizada, teria impacto devastador. Fábio enfatizou que o impacto no entorno residencial (idosos, pessoas no espectro autista, crianças, bebês) já vem sendo devastador, inclusive para a fauna local (animais silvestres) que habita a região arborizada. Os eventos têm ocorrido de forma recorrente, em qualquer dia da semana, muitas vezes à noite, e não é só o evento em si: há ruído intenso de montagens, ensaios/passagens de som e desmontagens a qualquer hora. Nos grandes shows do estádio há ainda queima de fogos durante e após as apresentações. Não raro, o concessionário realiza um show no estádio simultâneo a outro evento de grande porte autorizado pela Prefeitura na praça externa, sobrecarregando a vizinhança com duas fontes de som ao mesmo tempo. Na prática, a população está submetida a uma “suruba de poluição sonora”, disse Fábio, usando um termo forte para descrever a mistura caótica de barulhos que o bairro enfrenta. Ele então apontou um possível conflito de interesses e falta de fiscalização: ressaltou que essa explosão de eventos ocorre enquanto grandes empreiteiras e empresas do ramo de eventos ganharam as concessões dos principais equipamentos urbanos. Segundo ele, é público (em matérias jornalísticas) que a gestão municipal recebeu aportes milionários em campanhas eleitorais de empresas da construção civil, e pelo menos três grandes construtoras (por meio de subsidiárias) venceram licitações para administrar os cinco

maiores espaços públicos concedidos da cidade – justamente onde estão acontecendo esses eventos de grande porte. No entender de Fábio, “descobriram que entretenimento dá mais dinheiro do que derrubar árvore e levantar parede”. Criou-se uma verdadeira monopolização de espaços públicos por interesses privados, tornando esses locais inacessíveis ao cidadão comum ou de menor renda – que não pode pagar ingressos caros por algo que antes era de acesso livre. Problemas estruturais identificados: Fábio enumerou a ausência total de estudo de impacto de vizinhança, a regulação insuficiente desses “serviços” de evento, o desvio de finalidade de equipamentos públicos (como um estádio esportivo virar casa de show), contratos de concessão desfavoráveis ao interesse público, a fiscalização municipal precária ou omissa, e falta de gestão democrática/participativa dessas concessões. Também denunciou a falta de transparência e diálogo com as associações de moradores – decisões são impostas goela abaixo, desrespeitando o princípio da função social do território urbano e o direito ao sossego garantido em lei. “A cidade está sem controle, está caótica, a população está adoecendo”, afirmou, mencionando que em qualquer canto da cidade hoje há barulho – seja de uma obra, de um bar/adega com som alto, ou de uma arena – muitas vezes tudo ocorrendo à noite sem descanso. O denominador comum, ele frisou, é que “existe alguém autorizando ou não fiscalizando” esses abusos. Portanto, ele clamou que os cidadãos e seus representantes se posicionem firmemente: “não se trata de sermos contra música, cultura ou empregos – estamos falando da absoluta omissão de quem deveria resguardar os direitos dos cidadãos”. Fábio apelou para o dever de proteger o nosso sossego, saúde e os espaços públicos (parques, praças, estádios, vales), garantindo o direito à cidade e ao meio ambiente equilibrado que a Constituição assegura. Lembrou que todos temos compromisso com o exercício da cidadania, e que a soberania popular se dá através do controle social (participação ativa) e pela atuação de nossos representantes eleitos. Em tom pessoal, disse não ter aspirações políticas (até “deixa isso para quem tem estômago forte”), mas que, assim como muitos ali, é um voluntário movido pela necessidade – “a cada evento ruidoso a que somos submetidos, perpetuam-se danos à saúde e piora da qualidade de vida de milhares”. Encerrou sua fala citando um comentário de rede social que resume o drama vivido: “Quando as luzes se acendem lá dentro, a vida de quem mora ao redor se apaga”. E questionou: “nós não escolhemos participar (dessa luta), então por que a municipalidade está nos impondo tal condição?”, agradecendo pela atenção em seguida. (Após Fábio, o vereador Toninho Vespoli acrescentou informações sobre a concessionária Alegria Pacaembu, responsável pelo estádio: disse que a empresa já acumulava 17 milhões em dívidas com fornecedores (94 credores) e centenas de protestos em cartório, e mesmo assim a líder do consórcio (empresa Progen) venceu outra licitação para implantar o Parque Campo de Marte, levantando dúvidas sobre os critérios dessas concessões.)

- **Thais Taverna (Moradora do Bixiga/Bela Vista, integrante do Anhangabaú Sem Barulho)** – Iniciou dizendo que, diferentemente dos demais, ela era nova no assunto e não tão engajada ainda, pois só passou a vivenciar o problema recentemente. Thais

nasceu e mora no Bixiga, num prédio próximo ao Vale do Anhangabaú (HBAU), e desde que se mudou para lá em março de 2024 começou a sentir na pele os efeitos dos eventos barulhentos. Ela se envolveu com o movimento Anhangabaú Sem Barulho junto com Bárbara e aceitou o convite de Marcelo Sando para integrar a Frente Cidadã pela Despoluição Sonora, falando ali como cidadã comum e moradora afetada. Embora tenha menos experiência no ativismo, Thais trouxe um depoimento emocional e empático, enfatizando os efeitos do barulho no indivíduo. Ela lamentou não conseguir reproduzir ali vídeos com o som real dos eventos, mas convidou todos a verem as filmagens disponíveis no Instagram @anhangabausembarulho, pois “é importante escutar e sentir a verdade do que acontece com a gente – senão parece só um monte de gente falando”. Thais descreveu como o ruído extremo afeta o corpo e a mente do morador: “esses tipos de eventos, quando acontecem, provocam uma reação violenta dentro do nosso organismo”. Ela relatou que nas madrugadas em que o som invadiu seu apartamento de forma intensa e violenta, sentiu impulsos de violência: “a violência (do som) gera violência” dentro de si. Disse que é uma pessoa pacífica e não violenta, mas nesses momentos sentiu vontade de agir violentamente por reflexo físico/emocional, algo que a assusta. Ela alertou que isso é muito grave, pois se até alguém controlada como ela teve esse ímpeto, “imagine pessoas que talvez não consigam se controlar – pode sim gerar violência” na sociedade. Ou seja, além de causar ansiedade, depressão e outros problemas de saúde (que todos ali conhecem), o estresse sonoro pode levar a conflitos e agressividade. Thais reforçou, como outros, que não é contra arte, cultura ou expressão artística. Ela própria trabalha com cultura e ama seu bairro e a vida cultural. Reconhece que São Paulo se promove como potência cultural e turística – “é maravilhoso, eu amo”, disse. Inclusive ela mesma é organizadora de um evento tradicional no Bixiga: a Festa do Bolo do Bixiga, comemorativa do aniversário da cidade, tradição iniciada por seu avô. Ao ouvir os relatos na audiência, Thais teve um “clique” de consciência sobre seu próprio evento: contou que todo ano monta o palco do bolo a partir das 5h da manhã e sempre se incomodou com o barulho: “as pessoas estão dormindo e a gente tá aqui montando isso”, chegou a pensar. Embora coloquem avisos na rua com uma semana de antecedência para avisar a vizinhança, ela se colocou no lugar do outro: “o que são aquelas ferragens batendo no chão de madrugada?”. Isso lhe abriu os olhos de que até mesmo eventos culturais bem-intencionados podem ser ajustados para minimizar incômodos. Compromisso pessoal: Thais afirmou que, a partir de agora, vai rever a logística do seu evento – por exemplo, o próximo Bolo do Bixiga em 20 de janeiro ela pretende tentar começar a montagem mais tarde ou de forma menos barulhenta, se possível. Ela convocou os produtores de eventos em geral a adotar esse olhar: é plenamente possível repensar como produzir eventos de modo a reduzir impactos. Thais compartilhou um episódio revelador: recentemente trabalhava com uma pessoa ligada à WTorre (empresa concessionária) – descobriu depois que ele era quase sócio da empresa. Quando saiu na TV (reportagem da Globo) criticando o barulho no Anhangabaú, esse colega a questionou sobre o que estava acontecendo, e ela explicou os problemas. Então Thais perguntou a ele: “No seu caso, se você morasse lá e estivesse acontecendo isso com você, o que você faria?”.

Surpreendentemente, ele respondeu: “Eu faria a mesma coisa que vocês estão fazendo”, admitindo que também protestaria. Ela deixou essa reflexão às empresas que promovem esses eventos: vocês sabem que causam esse transtorno e, embora não sejam pessoalmente afetados (pois provavelmente vivem em bairros tranquilos e isolados), por que fazem isso com a gente?. Se se colocarem no nosso lugar por um momento e concluírem “eu faria o mesmo que vocês (moradores)”, então reconheçam a gravidade da situação. Questionamentos sobre políticas públicas: Thais se disse perplexa de, em 2025, pleno século XXI, com tantos avanços tecnológicos e humanos, terem que voltar a discutir e reclamar do básico: o direito ao silêncio e à saúde nas cidades. “É um absurdo termos que estar aqui agora fazendo isso”, comentou, notando que é desgastante e toma tempo de um vereador que poderia estar cuidando de outras pautas. Ela sente que o poder público age com descaso esperando ver até onde os moradores aguentam: “parece que tem que acontecer tudo isso... a gente se reunir num sábado de manhã, fazer abaixo-assinado... para aí sim, quando o Ministério Público proibir, eles pararem... Daí voltam a fazer do jeito certo”. Em outras palavras, autoridades estariam empurrando com a barriga, deixando as empresas lucrar até serem judicialmente impedidas. Ela citou como exemplo de incoerência o caso de um mesmo festival que ocorreu em São Paulo e em Curitiba: aqui foi permitido até 6h da manhã, enquanto em Curitiba a festa terminou mais cedo, pois lá não se admite evento de madrugada. “Parece que tratam a gente como tontos”, disse, ao ver SP tolerar o que outras cidades não toleram. Thais encerrou dizendo que trazia mais perguntas do que respostas e esperava que todos refletissem sobre o modelo de cidade que está sendo construído. (Após sua fala, Toninho Vespoli endossou que ninguém ali é contra cultura e citou um exemplo positivo: o Estádio do Corinthians (Itaquera) realiza grandes shows e jogos sem reclamações, pois foi construído longe de áreas residenciais. Ou seja, é possível ter grandes eventos sem causar transtorno, escolhendo local adequado. O problema é fazer show em estádio cercado de prédios “aí não tem como, né?”. Toninho elogiou a sugestão de Thais de confrontar os responsáveis e brincou que vai pegar um medidor de decibéis e medirá o barulho lá perto da casa do Prefeito em Interlagos, para ver se ele gostaria de trocar de residência com os moradores afetados. Thais, em complemento final, alertou para um efeito colateral que já ocorre: como a Prefeitura permite eventos virando a madrugada, bares e baladas do Bixiga se sentiram no direito de também estender suas festas de rua madrugada adentro. “O Bixiga tá sofrendo muito com festas nas ruas e muita gente adoecendo”, relatou, mostrando que a flexibilização indevida das regras de silêncio gera uma reação em cadeia de desordem em outras atividades.)

- **Saul Nahmias (Bom Retiro / Centro Esportivo Tietê)** – Apresentou um relato contundente sobre a transformação do antigo Clube de regatas Tietê (1907)— hoje Parque/Centro Esportivo Tietê — em um pólo de eventos barulhentos que desvirtuam completamente a função original daquele espaço público. Explicou que o local, concebido historicamente como um clube esportivo para recreação e convivência comunitária, passou a ser alugado para shows e festivais que, ao ocorrerem com

volume excessivo, impactam não apenas as quadras internas, mas toda a vizinhança. Segundo ele, quando há evento, o parque é cercado por tapumes, a população é impedida de usufruir das suas dependências e, ironicamente, é obrigada a suportar o barulho e as perturbações produzidas pelo próprio equipamento que deveria servir ao bem-estar social de todos. Morador do Bom Retiro, Saul contou que os efeitos dos eventos extrapolam facilmente o perímetro imediato: o som se propaga pelo vale e chegam com nitidez ao bairro, a ponto de ele ouvir claramente não apenas os shows realizados no Centro Esportivo Tietê, mas também os realizados no Vale do Anhangabaú. Para ele, essa sobreposição sonora entre diferentes espaços de eventos demonstra a completa ausência de planejamento urbano e o uso indiscriminado de estruturas públicas como se fossem casas de espetáculo privadas. Ele descreveu essa lógica como parte da era do “eventismo”, em que cada vez mais espaços públicos são transformados em palcos de eventos sonoros amplificados, enquanto a vida cotidiana dos moradores é relegada a segundo plano. Saul reforçou que os impactos não são meros incômodos. Assim como outros participantes, destacou consequências graves para a saúde: estresse contínuo, distúrbios do sono, agravamento de problemas cardiovasculares, perda de concentração e efeitos significativos na saúde mental. Mencionou o documentário de Marcelo Sando “Onde o Som Ressoa” que ajudou a produzir citando justamente as evidências científicas e os riscos à saúde causados pela exposição prolongada ao ruído. Para ele, a situação atual representa não apenas uma falha de gestão pública, mas um tipo de violência ambiental que recai diariamente sobre milhares de pessoas. Questionando a suposta inevitabilidade dos impactos, Saul afirmou que uma solução imediata para mitigar os efeitos do problema poderia começar por algo muito simples: reduzir o volume. Disse que não se trata de ser contra eventos culturais, mas de garantir que eles sejam realizados dentro de limites de decibéis compatíveis com a vida urbana e com o direito ao descanso. “Existe uma coisa chamada botão de volume”, disse ele, destacando que, com ajustes técnicos básicos e limites claros de horário, seria possível conciliar atividades culturais com o bem-estar dos moradores. Para Saul, falta vontade política e sobram permissões concedidas sem critérios de impacto na vizinhança dos eventos — uma inversão de prioridades que transforma bairros inteiros em vítimas do entretenimento. Concluiu, reforçando que parques não foram criados para serem arenas e que a própria concepção de espaço público está em risco quando sua finalidade se distorce. Seu apelo final foi por uma cidade que respeite não apenas o lazer e a cultura, mas também o silêncio, o descanso, a saúde e a dignidade de quem mora ao redor desses locais.

- **Marcelo Sando (Idealizador da Frente Cidadã pela Despoluição Sonora)** – Começou ressaltando a importância simbólica de a audiência ocorrer num espaço semiaberto: durante toda a manhã houve um gerador barulhento ligado ao lado, helicópteros, sirenes de ambulância e motos com escapamento adulterado passando, ruídos típicos da cidade invadindo a sessão. Por volta do meio-dia o gerador foi desligado e ele comentou: “viram o alívio? Às vezes a gente só percebe o incômodo quando ele acaba”. Essa experiência serviu de metáfora para o tema: o objetivo

daquela audiência era justamente refletir como o som dos eventos em áreas abertas ou semiabertas está afetando a população. Marcelo frisou um ponto fundamental: “o som não respeita lei municipal, federal ou estadual – o som respeita as leis da física”. Ou seja, não adianta decretar por lei que o som vai parar em certo ponto; ele se propaga conforme a ciência acústica, muitas vezes muito além do esperado. Por isso, a poluição sonora urbana exige entendimento técnico e ação efetiva, não dá para “driblar” a física. Desinformação e saúde: Marcelo apontou que existe falta de conhecimento da população sobre os efeitos da poluição sonora na saúde humana. Para ajudar a suprir essa lacuna, no dia 1º de dezembro de 2024 o grupo lançou um documentário intitulado “Onde o som ressoa?”, disponível no YouTube e no site despoluição sonora.org. Nesse filme, vários médicos e autoridades em saúde pública explicam os impactos do ruído excessivo na saúde. “O som ressoa no nosso corpo, no nosso sistema nervoso central”, disse Marcelo, “e o barulho mata silenciosamente” – uma ironia, pois se fala em “silêncio” mas é a exposição contínua ao barulho que causa danos silenciosos e muitas vezes invisíveis. Ele trouxe dados alarmantes: a Organização Mundial da Saúde (OMS) já reconhece a poluição sonora como o 2º fator de risco ambiental mais prejudicial à saúde humana, “à frente da poluição da água e atrás apenas da poluição do ar”. E advertiu que, em breve, o ruído poderá se tornar o primeiro: com políticas para melhorar a qualidade do ar (ex.: veículos elétricos, controle de emissões de motos etc.), espera-se que a poluição do ar reduza, deixando o ruído como principal problema ambiental de saúde pública nos próximos anos. Marcelo enfatizou que esse é um problema mundial, não só de São Paulo – porém, aqui convivemos com algo além: uma “normalização” e até tentativa de “normatização” do barulho, permitindo que ele ocorra indiscriminadamente sob certas justificativas. Ele desfez um mito comum: o principal dano da poluição sonora não é a perda auditiva. “Para afetar a audição diretamente, a pessoa precisa ficar exposta muito tempo a níveis altíssimos de som”, explicou. Contudo, antes disso, o ruído traz outros malefícios bem mais prevalentes e graves. O pior problema é cardiovascular. Sons acima do confortável ativam o sistema nervoso central, levando o organismo a liberar adrenalina e cortisol (hormônios do estresse). Isso, cronicamente, eleva a pressão arterial e o risco de desenvolver hipertensão, que por sua vez aumenta chances de infarto ou AVC – vale lembrar, doenças cardiovasculares são a principal causa de morte no Brasil e no mundo. Marcelo lamentou que muitas vezes não fazemos essa conexão indireta: fatores ambientais estão contribuindo para adoecer a população, mas não enxergamos de imediato. Ele citou ainda o impacto econômico: a inação diante da poluição sonora gera custos enormes ao Sistema Único de Saúde (SUS), que tem de tratar doenças completamente evitáveis se não estivéssemos expostos a níveis tão altos de ruído. Por exemplo, a própria privação de sono crônica “São Paulo é a cidade que não dorme; isso significa que São Paulo está doente”, disse – causa adoecimento e redução da expectativa de vida. Ele citou um estudo ambiental da União Europeia (2025) estimando que, na Europa Ocidental, se perdem 1,6 milhão de anos de vida saudáveis por ano devido ao ruído ambiental. Ou seja, pessoas morrem mais cedo ou vivem com menos saúde por causa da exposição sonora. Além de doenças cardíacas, o ruído está

associado a aumento de casos de diabetes tipo 2 e colesterol alto (desencadeados pelo estresse crônico), prejuízo cognitivo em crianças, maior chance de desenvolver demência senil/Alzheimer, e até impotência sexual – mostrando o alcance sistêmico do problema. Na saúde mental, Marcelo reforçou que há evidências sólidas de ligação entre poluição sonora e aumento dos índices de ansiedade, depressão e ideação suicida. “Isso é muito grave”, alertou. Ele afirmou que São Paulo hoje é a cidade com maior taxa de poluição sonora do mundo, ultrapassando metrópoles como Nova York e Hong Kong. Esse quadro se deve em parte a um fenômeno recente: o avanço tecnológico e barateamento de equipamentos de som amplificado, sobretudo no pós-pandemia. Agora é fácil e barato ter caixas de som com alta potência, e isso levou a uma explosão de atividades musicais com amplificação por toda parte. Marcelo usou o caso da Avenida Paulista aos domingos como exemplo concreto: o programa Ruas Abertas fecha a Paulista para carros, e a intenção original era permitir convivência urbana e lazer sem o barulho do trânsito. Porém, nos últimos anos, principalmente pós-pandemia, a Paulista foi tomada por uma proliferação de apresentações musicais e culturais com amplificação sonora, realizadas em frente a prédios residenciais e sem nenhuma fiscalização ou mediação de conflito por parte da subprefeitura ou dos órgãos de cultura. Como a Paulista é um “cânion urbano” cercado de prédios altos de vidro, o som reverbera e se espalha de forma intensa. Resultado: os 6 mil moradores da Avenida Paulista são expostos, a cada domingo/feriado, a níveis assustadores de pressão sonora. Marcelo classificou isso como uma crise de saúde pública local: muitos moradores idosos, crianças, pessoas com transtorno do espectro autista e gestantes vêm sofrendo sem conseguir descanso. Formação da Frente Cidadã: Marcelo contou que foi justamente esse problema na Paulista que motivou a criação da Frente. Os moradores da Paulista, organizados no movimento Move Paulista, buscaram soluções: reuniram um parecer jurídico com a Fundação Getúlio Vargas, um parecer médico pela Faculdade de Medicina/USP, um parecer psicológico de uma instituição de psicologia, além de vários estudos acústicos e uma ata notarial com perícia judicial – um dossiê robusto. Levaram tudo isso à Prefeitura, mas mesmo com toda a evidência científica, médica e jurídica, após 8 meses de esforço o problema da Paulista não foi resolvido (vale lembrar que moradores já tentam há mais de 10 anos, desde antes do programa Ruas Abertas). Nesse contexto, quando outro grupo de moradores (do Anhangabaú) procurou a Subprefeitura para reclamar do ruído dos eventos no centro, a resposta foi: “Você já falou com o Marcelo?”. Ou seja, o próprio poder público encaminhou os moradores para outros que enfrentavam o mesmo drama. Foi assim que os movimentos da Paulista e do Anhangabaú se conectaram, unindo forças e surgiu a ideia de criar uma frente ampla de cidadãos contra a poluição sonora. A Frente Cidadã pela Despoluição Sonora nasceu então em São Paulo e rapidamente agregou diversas regiões: após Paulista e Anhangabaú, somaram-se moradores do Pacaembu, Bixiga, Allianz Parque/Perdizes, Zona Oeste, Ipiranga, Bom Retiro, entre outros bairros. A razão da união é que “isoladamente não estávamos conseguindo avançar com essa pauta dentro da Prefeitura” juntos, teriam mais força. A Frente cresceu e ganhou apoio de várias entidades médicas e científicas: Marcelo citou que hoje conta com respaldo

da Sociedade Brasileira de Cardiologia, da Associação Brasileira de Medicina do Sono, da Academia Brasileira de Acústica, da Sociedade Brasileira de Acústica, da Academia Brasileira de Audiologia, entre outras instituições, todas alinhadas em reconhecer a poluição sonora como um problema sério de saúde pública. Ações e propostas da Frente: Recentemente, a Frente Cidadã passou a atuar também em Brasília, visando mudanças na esfera federal. Marcelo explicou que, diante da dificuldade de aprovar uma política municipal de despoluição sonora em SP, decidiram buscar uma solução nacional: estão prestes a propor um projeto de lei federal instituindo uma Política Nacional de Despoluição Sonora. Ele mesmo teve reuniões com o Ministério da Saúde e planeja agendas com o Ministério do Meio Ambiente e Ministério das Cidades. Também se reuniu com representantes da Organização Mundial da Saúde para trazer essa discussão ao Brasil. Marcelo defendeu que não queremos uma cidade que vire um parque temático, tratando turistas como clientes e esquecendo dos moradores. “A cidade tem que ser boa para os moradores primeiro, e depois para todos que a visitam”, afirmou. Esse é um princípio norteador da Frente. Convite à população: Ele convidou todos a acessarem o site despoluicao sonora.org, onde a Frente disponibiliza aulas sobre acústica (com pesquisadores do IPT), os documentários e uma série de materiais informativos. O objetivo é elevar o debate para o nível técnico-científico e médico, deixando claro que “barulho não é só incômodo – ele está adoecendo a todos”. Marcelo encerrou citando o filósofo J. Krishnamurti: “não é sinal de saúde estar bem adaptado a uma sociedade doente”. Com isso, reforçou que não podemos aceitar passivamente a cultura do barulho como “normal” – é preciso reconhecer que a sociedade doente (no caso, ruidosa) precisa mudar, em vez de nos adaptarmos aos seus males.

Resumo dos Depoimentos de Municípios:

- João Moreirão iniciou seu depoimento contando que chegou à audiência praticamente sem dormir (apenas duas horas de descanso) porque, nos fins de semana, o barulho é tão intenso que já tentou dormir até na área de serviço para conseguir algum silêncio. Relatou que, ironicamente, o próprio presidente da Câmara instalou uma estrutura sonora “de mau gosto” em frente ao prédio, funcionando como uma espécie de “TikTok urbano”, perturbando moradores e simbolizando a incoerência do poder público. Como produtor cultural e marido de uma pianista, reforçou que “música boa não é música alta”, criticando a vulgarização sonora dos megaeventos no Anhangabaú, no Allianz Parque e outros, que classificou como experiências quase alienantes. João afirmou categoricamente que o Prefeito se tornou “o grande criminoso ambiental” da cidade por permitir que incontáveis pequenos crimes sonoros (bares, clubes, festas irregulares) criem o ambiente de permissividade que sustenta os grandes negócios do barulho. Ele contestou ainda o discurso oficial de que os shows trariam grande retorno turístico, dizendo que consultou dados de hotéis e não encontrou qualquer variação significativa na taxa de ocupação. Para João, falta honestidade quando se fala de impacto econômico enquanto se negligencia o impacto humano. Denunciou a completa

ausência de fiscalização efetiva: motos com escapamentos adulterados, carros de som, pancadões, tudo ocorre sem punição, embora delitos como excesso de velocidade sejam autuados com rigor. Assim, concluiu que a cidade naturalizou uma lógica absurda: para crimes ambientais sonoros exige-se prova quase impossível, quando nenhum outro crime exige que a vítima meça cientificamente o dano. Finalizou pedindo que o poder público abandone a negligência e trate a poluição sonora com a seriedade devida — como o crime ambiental e social que é.

- Assumpção Blanco: Começou lembrando que já houve, na própria Câmara Municipal, uma conferência inteiramente dedicada ao tema do ruído urbano, com vasto material técnico registrado nos anais da Casa. Segundo ela, “não falta estudo e não falta lei”; o que falta é atitude. Denunciou que a Câmara “abandonou a sociedade”, deixando os moradores entregues aos impactos devastadores do barulho enquanto acumula documentos e diagnósticos que jamais se convertem em ação. Reforçou que problemas como os do Anhangabaú e do Pacaembu se multiplicam por toda a cidade, especialmente nos fundos de vale — áreas onde o som reverbera e agride um número ainda maior de pessoas, independentemente de classe social ou região. Em um momento contundente, Assumpção lembrou que a privação de sono é uma das técnicas de tortura mais antigas da humanidade, e que milhares de paulistanos estão sendo submetidos a essa forma de violência diariamente. Disse sem hesitar que o Prefeito é “o maior vilão dessa história”, não por falta de conhecimento técnico, mas por insistir em uma política permissiva em relação aos grandes eventos e negligente com a fiscalização. Para ela, a população está sendo humilhada dentro da própria cidade. Conclamou o vereador a cobrar os outros 54 vereadores, afirmando que, se falta sensibilidade para compreender os níveis de ruído que a população enfrenta, que então se leve o barulho diretamente “à porta do prefeito”, para que ele experimente o que os moradores vivem noite após noite. Concluiu com um apelo firme: é hora de a Câmara recuperar sua função republicana e proteger os cidadãos, antes que o caos acústico destrua ainda mais a saúde e a vida comunitária da cidade.
- Rafaela Galletti (Presidente da associação MOVPAULISTA, integrante do Fórum Verde e conselheira CTLU): Primeiramente destacou a presença de lideranças de grande representatividade na audiência pública, ratificou as falas dos membros da mesa, em especial a de Marcelo Sando, que descreveu com maestria as questões de ruídos na Avenida Paulista, além das questões sobre saúde, a quem elogiou pelo trabalho e novas abordagens sobre o tema. Abordou as questões dos ruídos de shows e apresentações, inclusive no Parque do Ibirapuera, que tem causado migração da avifauna e outras espécies, como no Parque Trianon. Ao final deu destaque para questão do ruído aéreo na cidade, alertando para o excesso de helicópteros sobrevoando São Paulo. Lembrou que a lei determina a elaboração de um Plano Aeroviário Municipal (ordenamento do tráfego de helicópteros), mas desde 2014 isso não foi cumprido pela Prefeitura. Como resultado, proliferam helipontos e voos causando barulho constante. Enquanto discursava, apontou para um helicóptero

sobrevoando a audiência e disse: “Se tivéssemos o plano aeroviário conforme a lei, não estaríamos com mais esse problema agora”. Rafaela manifestou indignação com a omissão do poder público nesse ponto e pediu atenção ao impacto do ruído aeronáutico sobre a população e também sobre a fauna urbana. Também mencionou, em nome do Fórum Verde, preocupações com os animais domésticos e silvestres que sofrem com barulhos (shows, fogos de artifício, sirenes, etc.). Finalizou exaltada, pedindo desculpas pelo tom inflamado, mas reiterando a urgência de se cumprir o plano diretor da cidade nesse aspecto do controle do ruído.

- Marta Porta (Presidente do Conseg Consolação): Fez um histórico das últimas administrações municipais e seu impacto na poluição sonora. Segundo Marta, há quatro gestões a cidade “desandou” no barulho. Na gestão Haddad (2013-2016), políticas como “a praça é nossa” incentivaram atividades nas ruas sem controle de ruído: citou a Praça Roosevelt que, por semanas seguidas, teve eventos sonoros autorizados pela Prefeitura todo fim de semana. Disse que o Ministério Público recomendava no máximo um grande evento mensal na região, mas chegaram a ocorrer quatro no mesmo mês. Depois, na gestão Doria (2017-2018), a situação não melhorou (“devendo tudo”, nas palavras dela). Já o finado Bruno Covas (2019-2021), acusou Marta, “destruiu o PSIU”, chegando a declarar que não queria fiscalização rigorosa em certas frentes. Na visão dela, a gestão atual também “faz de tudo para liderar o ranking de equívocos” na saúde pública, pois parece interessada em nos manter doentes com tanto incentivo a eventos barulhentos. Marta enfatizou a necessidade de educação: propôs incluir nas escolas municipais um programa, semelhante ao PROERD (anti-drogas), só que voltado a conscientizar sobre os males do barulho e da gritaria. “Temos que ensinar desde criança que som alto faz mal e respeito ao outro é fundamental”, disse. Criticou também duramente o Ministério Público Estadual, que em sua opinião “esqueceu do público” – afirmou que muitas denúncias (como sobre o Carnaval de rua) foram engavetadas e promotores deixaram de convocar reuniões sobre o tema. Salientou que ninguém quer acabar com eventos populares como o Carnaval, mas não é aceitável um trio elétrico tocar a 200 decibéis, prejudicando milhares. Lamentou que São Paulo hoje ostente o título de “cidade mais barulhenta do mundo”, quando deveríamos celebrar se fosse a mais segura ou próspera – “Parabéns à Prefeitura”, ironizou. Antes de concluir, alertou contra tentativas de desmoralizar os Conselhos Comunitários (Consegs): disse que alguns grupos querem tirar a credibilidade dos Consegs na questão do barulho, alegando que esses conselhos não teriam competência para opinar. Marta repudiou isso, lembrando que os Consegs, inclusive o dela, recebem denúncias de barulho há 10 anos todo mês e acumulam conhecimento do problema. Encerrou agradecendo a iniciativa da audiência e colocando-se à disposição: “Estamos com você, vereador, e por favor nos chame para ajudar no que precisar”.
- Juversina (Moradora da Consolação): Senhorinha moradora próximo à Rua da Consolação, trouxe o caso concreto dos bares barulhentos no centro. Contou que na

altura do nº 480 da Consolação, esquina com Teodoro Baima, há um bar que fazia som alto duas noites por semana e agora já abre de quarta a domingo sem horário para acabar. Antes, ia até de madrugada; depois de muitas queixas e da ajuda de uma policial (Tenente Maura), conseguiram que atualmente feche por volta de 22h30–23h e baixe um pouco o volume. Ainda assim, o incômodo persiste. Juversina disse que ela e vizinhos ligam exaustivamente no 156 e 190 (Prefeitura e PM), mas o sistema de reclamação eletrônico “não entende nada, age como bobo” – em suma, não resolve. Para piorar, surgiu há 15 dias outro bar na Rua João Guimarães Rosa, cujo som era tão alto que fez o primeiro desligar a própria música, por ficar inaudível diante do concorrente. Ela tentou acionar a Polícia Militar presente na Praça Roosevelt: “Quatro policiais jovens me disseram que não podiam fazer nada sem ordem superior.” Um deles confessou que ele próprio não aguentava mais o barulho, mas tinha de ficar ali de serviço. Foi então à Guarda Civil Metropolitana, que repetiu não poder agir sem ordem. Nesse meio tempo, viu vários jovens também reclamando, igualmente sem resposta das autoridades. Juversina fez um apelo emocionado: “Se não conseguem fazer baixar o som, que obriguem a fazer isolamento acústico, pelo amor de Deus!” Os moradores já desistiram de reclamar no 156/PSIU, pois nada é feito. Ela chegou a anotar num diário todas as noites de barulho desde 9 de julho, para documentar – quando não anotou, é porque estava fora, mas caso contrário, está tudo lá, evidenciando o “terror” de viver com ruído quarta a domingo. Disse que até os jovens trabalhadores do prédio se queixam de passar a semana sem dormir. Sua saúde piorou: antes tinha dor de cabeça mas dormia e melhorava; agora, “mesmo dormindo eu não amanheço bem”, porque não descansa por quase cinco dias seguidos. Juversina contou que já implorou ajuda até por carta ao Prefeito – “porque eu sou sem noção”, brincou sobre ter apelado direto – mas nada mudou. Além dos bares, reclamou que a coleta de lixo noturna triplicou na região: antes passava uma vez de madrugada, agora passam três caminhões barulhentos de noite, aumentando ainda mais o barulho. Ela finalizou quase em súplica: “Realmente não dá para continuar assim. Eu imploro.” – pedindo que forcem esses estabelecimentos a se adequarem, pois a vizinhança não aguenta mais.

- Daniel Fantinati (Associação de Moradores – região Av. Paulista): Morador da Bela Vista, Daniel preside uma associação na região das Ruas Rio Claro, Pamplona e Itapeva. Ele enfatizou o poder da união comunitária: “Quando a gente se une, vê a força que tem para enfrentar os problemas.” Disse que antes cada bairro lutava isoladamente contra a poluição sonora, mas agora, juntos, fica mais fácil pressionar as autoridades. Daniel relatou que no caso dele houve duas fases de tormento: primeiro, anos de barulho de obras (um complexo chamado Cidade Matarazzo, que teve construção ruidosa); mal terminaram as obras, começaram os eventos no local, tirando a paz dos moradores. Ele apontou que grandes interesses econômicos atuam dentro da Prefeitura – facilidades para obter licenças e alvarás, enquanto a fiscalização é omissa. Assim, a população fica tendo de acionar Ministério Público e Polícia o tempo todo. Falou que a associação sobrecarregou os canais de denúncia: “centenas de reclamações todo fim de semana”. Porém, nada avança se o poder público não

assumir seu papel. Daniel criticou soluções paliativas como distribuir janelas antirruído para moradores – “Não adianta dar 5 milhões de janelas antirruído; não vai resolver o problema”, disse, “o problema está na fonte emissora”. Aprendeu, inclusive em palestras do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), que é preciso reduzir o ruído na origem, em vez de tentar apenas isolá-lo dentro das casas. Ressaltou que a luta contra o barulho não tem classe social ou ideologia: afeta ricos e pobres, direita e esquerda – “é um problema sistêmico da cidade”, que exige a todos. Ele refutou quem manda o cidadão “mudar de bairro” se não estiver contente: no caso das grandes arenas e eventos, não adianta fugir, pois o problema é geral e crítico, espalhado pela cidade. Por isso, defende solução sistêmica, com planejamento urbano adequado. Daniel também mencionou a dificuldade de acionar o PSIU – a equipe parece desmontada e inoperante. O vereador Toninho até ofereceu encaminhar um ofício formal ao PSIU em nome do grupo, dada a ineficiência atual. Em resumo, Daniel clamou por ação integrada e estruturante: menos improvisado (como janela antirruído) e mais foco em impedir volumes abusivos e horários indevidos, através de leis e fiscalização firmes.

- Hugo (Movimento Paz e Segurança do Belém): Representante da Zona Leste, Hugo mostrou que o problema da poluição sonora atinge bairros fora do centro também. Ele, que é conselheiro participativo na Subprefeitura da Mooca, disse que no Belém/Belenzinho existem pontos específicos trazendo perturbação. Citou, por exemplo, espaços públicos concedidos a clubes e escolas de samba: a quadra da Camisa 12, o CDC União dos Operários e outro CDC gerido por empresa – locais que deveriam ter uso regrado, mas realizam eventos barulhentos quase todo dia. No bairro, apenas segunda-feira é silenciosa. “Terça tem ensaio de escola de samba (o Carnaval já começou, com os ensaios); quarta e quinta tem jogos com rojões na quadra; quinta à noite já começa samba no CDC; sexta também; sábado voltam os ensaios; domingo tem baile no clube.” Ou seja, de terça a domingo há algum evento ou pancadão. Hugo acrescentou que isso afeta não só as pessoas, mas o próprio Parque do Belém e sua fauna: há morcegos, aves e outros bichos silvestres ali que sofrem com o barulho e especialmente com os fogos de artifício soltos por torcidas e eventos – muitos animais estão fugindo ou morrendo, desorientados no bairro. Ele observou que todos esses espaços são concessões públicas, e suspeita que estejam operando além do permitido nos contratos. Sugeriu então rever a regulação e fiscalização nesses casos, pois a concessão de um espaço público não deveria permitir atividades em prejuízo da vizinhança todos os dias. Hugo ainda criticou a prioridade do governo municipal atual: contou que em entrevista recente, ao ser questionado sobre os problemas do Belém (inclusive aumento de moradores de rua após a dispersão da Cracolândia), o prefeito mudou de assunto para COP30 em Belém do Pará, mostrando estar “com a cabeça só em eventos” e alheio aos bairros. Ele parabenizou o Marcelo e demais líderes pelo trabalho e fez um convite ao vereador Toninho: “Quando o senhor conseguir um decibelímetro, vá lá no Belém medir também!”, implicando que seria revelador. O vereador se dispôs a ir. Em suma, Hugo pediu atenção da Prefeitura à Zona Leste, com a mesma rigorosidade que o centro deveria ter, e lembrou que a preocupação não pode

ser só com eventos e lucros, mas com a paz e sossego da população, incluindo a proteção de animais urbanos.

- Ana Natália (Pres. do Conseg Belenzinho): Complementando Hugo, Ana trouxe a visão do Conselho de Segurança local, da qual ela faz parte como nova dirigente. Iniciou contando brevemente a história do Belenzinho, berço de indústrias e lar da Vila Maria Zélia (vilarejo operário tombado), que hoje também está sendo afetada pela perturbação de sossego. “Quando um problema envelhece em São Paulo, mandam pro Belenzinho,” disse, referindo-se à migração de problemas urbanos pra lá. Ela agradeceu por aprender com os colegas movimentos mais experientes, pois no Belenzinho esse caos sonoro começou recentemente, mas já preocupa muito. Ana enfatizou o impacto em idosos e doentes: trabalhou com música clássica e conhece os efeitos das ondas sonoras no corpo. Explicou que sons graves afetam hormônios como adrenalina e serotonina, podendo disparar estresse intenso. No Conseg, lida com muitos casos de idosos com demência agravados pelo barulho. A população idosa cresce e, segundo ela, em uma única quadra da Vila Anglo (referindo outro bairro), há pelo menos 2 ou 3 pessoas com Alzheimer que entram em crise séria quando expostas a barulho excessivo. Ou seja, o ruído intenso pode precipitar surtos em quem tem Alzheimer ou outras demências, algo muito grave. Ana Natália também correlacionou o barulho abusivo com o aumento do consumo de drogas e da criminalidade. Argumentou que certos eventos com música eletrônica altíssima e ambiente caótico favorecem um consumo maior de substâncias: “Que tipo de economia queremos promover com esse patamar de decibéis?”, questionou, sugerindo que a cultura do barulho anda junto com a cultura das drogas, o que só piora a epidemia de dependência (mencionou derivados de cocaína, por exemplo). Para ela, São Paulo já enfrenta uma crise de saúde pública e segurança (facções, tráfico) e não precisa alimentar isso com eventos desregrados. Reforçou, assim como Marta, a ideia de educação nas escolas: pretende, com apoio do gabinete do vereador, implementar no bairro projetos educativos para crianças e jovens entenderem o valor do silêncio e os malefícios do ruído. “Com adultos é difícil, mas nas crianças podemos inculcar respeito ao próximo”, disse. Em resumo, Ana Natália pediu uma visão mais holística: considerar os impactos do som na saúde mental, na qualidade de vida dos idosos e até na segurança (violência e drogas), e agir preventivamente com educação e regulação antes que o Belenzinho adoeça tanto quanto outras regiões.
- Hélia (Moradora do Bixiga, Rua dos Ingleses): Deu um depoimento comovente sobre o descaso com moradores vizinhos de casas noturnas. Ela se mudou há dois anos para o Bixiga, buscando um lugar que coubesse no bolso após a pandemia. Foi morar no Morro dos Ingleses e logo passou a enfrentar noites em claro de quarta a domingo, por conta de uma boate na Rua Treze de Maio, 830 (clube “Mundo Pensante”). Essa casa noturna, com capacidade para centenas de pessoas, promove eventos de música eletrônica que começam 1h da madrugada e vão até 5h da manhã. Hélia mora na rua de trás e sofre diretamente: “Está causando um impacto muito forte na minha vida.

Estou uma pessoa doente”, desabafou, citando estresse e falta de sono crônica. O local não tem isolamento acústico nenhum e não respeita a vizinhança. Ela chegou a levar o dono da casa até seu apartamento para ouvir o barulho infernal que entrava, mas sentiu que, por ser “uma mulher, senhora, negra reclamando”, foi completamente desrespeitada – em suas palavras, “parece que nós, moradores, temos é que morrer para eles ganharem dinheiro”. Hélia destacou a sensação de abandono: não há fiscalização noturna da Prefeitura, então as casas noturnas se sentem à vontade para incomodar. Nos últimos tempos, abriram ainda mais clubes no Bixiga e centro, todos explorando a noite sem controle. Ela ama o bairro do Bixiga e não quer o fim da vida noturna, quer apenas cuidados básicos com os vizinhos. “Não é fechar as casas; é ter cuidado com os vizinhos,” explicou. E cuidado, no caso, significa isolamento acústico, limite de horário e respeito. Hoje, Hélia só consegue dormir depois das 5h, “quando o sujeito resolve fechar a casa dele – isso não é normal!”, protestou. A situação já abalou tanto sua saúde que ela considerou se mudar, mas questiona: por que ela, cidadã trabalhadora, teria que sair, enquanto a irregularidade fica? No fim, Toninho Vespoli lhe prometeu ajudar, oficiando a Subprefeitura para fiscalizar a boate e exigir isolamento. Hélia agradeceu a chance de falar e espera providências, pois já não aguenta mais viver “torturada” pelo som.

- Délia (Associação Amigos da Vila Anglo): Moradora da Vila Anglo (zona oeste), Délia disse que no bairro o principal problema são os “barzinhos” com música alta. Ainda não sofrem com megaeventos, mas ela teme que logo possa acontecer. Ela afirmou que se considera vítima de abuso sonoro – preferiu esse termo porque acha “perturbação” ou “incômodo” expressões suaves demais para o que sofremos. “Eu não me sinto apenas incomodada ou perturbada; estou me sentindo abusada na minha dignidade,” declarou. Délia é psicanalista e gerontóloga, trabalhando com idosos com demência, então tem conhecimento dos efeitos devastadores que o barulho pode ter nesse público. Ressaltou que a população idosa é a que mais cresce em São Paulo, e muitos bairros têm vários moradores com Alzheimer ou Parkinson. “Perguntem na sua rua quantos idosos dementes há; aposto que uns dois ou três por quadra,” exemplificou. Essas pessoas, segundo ela, entram em crises gravíssimas por causa do abuso sonoro – quadros de agitação, confusão e sofrimento intensificados pelo estresse do barulho contínuo. Ou seja, o ruído excessivo piora condições neurológicas e pode ser uma tortura para quem já é vulnerável. Délia reforçou que todos já tinham falado muito bem sobre os demais aspectos (saúde, legislação, etc.), então ela quis trazer esse olhar específico sobre os idosos. “Temos que tomar muito cuidado com isso,” apelou, sugerindo que políticas anti-ruído considerem também a proteção da população idosa e doente. Agradeceu a todos, dizendo que estava aprendendo muito ali, e ficou feliz por sua associação recém-formada (na Vila Anglo) poder se integrar a essa rede de apoio mútuo. Em suma, Délia defende que o barulho constante fere direitos humanos básicos, e que a cidade precisa enxergar isso como violação da dignidade, especialmente dos mais frágeis.

- “Tim” Hernani (Produtor cultural no Bixiga): Ofereceu uma perspectiva do outro lado – a do organizador de evento consciente. Tim se apresentou: “Meu nome é Luiz, mas todos me chamam de Tim.” Ele produz desde 2014 um evento chamado Escadaria do Jazz, na escadaria do Bixiga (famosa Escadaria do Bixiga). Explicou que sempre fez questão de integrar o evento ao bairro de forma harmoniosa. “Nosso alvará vai do meio-dia às 22h. Começamos a montar às 7h da manhã e às 20h já encerramos. Não temos nenhuma reclamação,” relatou com orgulho. Tim disse que por morar e ter relações no Bixiga, ele sabe que seus vizinhos e suas famílias também são parte do público – “o filho do meu vizinho estuda com o meu”, comentou – então sempre tiveram esse cuidado comunitário. Ele levantou uma reflexão importante: notou que quando uma pessoa faz uma reclamação formal sobre um evento, imediatamente as autoridades aparecem para intervir; porém, quando os organizadores ou moradores pedem suporte ou resolução de problemas de forma proativa, muitas vezes ninguém aparece. Ou seja, há uma disparidade: “Quando nós (da comunidade) acionamos a Prefeitura para resolver uma série de problemas... não vem ninguém. Mas quando um único indivíduo aciona (reclama), aí sim as autoridades chegam.” Tim deixou essa questão no ar para os vereadores pensarem: será que o poder público só age para apagar incêndios pontuais e não para apoiar soluções coletivas? Ele não detalhou, mas pareceu sugerir que, em vez de hostilizar todo e qualquer evento, era preciso diferenciar eventos responsáveis (como o dele, diurno e integrado ao bairro) dos irresponsáveis, e que o poder público poderia apoiar as boas iniciativas e coibir apenas os abusos. Com isso, Tim mostrou que é possível ter cultura e convívio sem conflitos, desde que haja respeito mútuo. Sua fala lembrou que nem todos os eventos são vilões – os mal estruturados é que prejudicam a população. Ele também parabenizou os presentes pela união e disse que, como produtor, está disposto a seguir dialogando para melhorar a situação para todos.
- Viviane Cabral: Trouxe a dimensão ambiental e de bem-estar animal ao debate. Viviane destacou que não apenas humanos sofrem – a fauna urbana e doméstica também sente os impactos do barulho. Explicou que a exposição constante a sons urbanos (trânsito, obras, alarmes, shows, pancadões, fogos de artifício) ativa o sistema nervoso dos animais de maneira nociva, gerando estresse intenso. Esses ruídos ininterruptos causam desequilíbrios físicos e mentais nos bichos, podendo levar a problemas de saúde e alteração de comportamento. Ela citou que estrondos extremos, como os fogos com estampido, podem causar trauma auditivo e até ataques cardíacos em animais. Além disso, o barulho interfere na comunicação das espécies (por exemplo, aves não conseguem se ouvir para acasalar ou avisar sobre perigos) e prejudica a reprodução, o que acaba por afetar também os ecossistemas que nós humanos compartilhamos. Viviane mencionou estudos mostrando aumento de casos de aves que, desorientadas pelo estresse sonoro, colidem com vidraças, morrendo ou se ferindo. O resultado geral da poluição sonora é devastador para a fauna: provoca alterações metabólicas, hormonais, mentais e até morte de animais silvestres e domésticos. E a perda desses animais não é só uma questão de pena – ela lembrou

que bichos como pássaros e morcegos são dispersores de sementes, controladores de pragas, “sentinelas” do ambiente, ou seja, são vitais para o equilíbrio ecológico e nossa própria qualidade de vida. Assim, quando toleramos barulho excessivo, estamos também desequilibrando a natureza urbana de forma perigosa. Viviane criticou a “liberalidade” com que se trata o barulho – a falta de regulamentação e fiscalização é ruína para todos os seres vivos. Agradeceu ao vereador pela audiência e disse que esse exercício de discutir o tema é fundamental. Concluiu de forma poética, evocando Ayangá (espírito protetor na mitologia indígena): “Mais do que evocarmos Ayangá, sejamos nós os ayangás” – ou seja, que cada um de nós seja um guardião ativo do silêncio e da fauna, protegendo nossos “irmãos menores” do sofrimento. Após sua fala, Toninho Vespoli reforçou que a lei municipal proíbe fogos barulhentos desde 2018, pedindo que Viviane e outros indiquem onde eles continuam ocorrendo para que sejam denunciados.

- Xisto (Morador da Zona Norte, avô de criança autista): Fez um depoimento emocionado representando o trabalhador que sofre tanto no trânsito dos eventos quanto no barulho local. Xisto contou sua rotina: “Levanto às 4h30 da manhã no km 23 da Anhanguera. Pego um ônibus lotado e vou até o centro de São Paulo, levo 1h20.” Trabalha o dia todo. Nas noites sem evento (segundas para terças, por exemplo), ele dorme bem – “que maravilha, consegui dormir,” disse – mas isso virou exceção. Quando há show ou jogo, a volta para casa vira um calvário: “Saio do centro e levo duas horas e quarenta pra chegar em casa”, descreveu. “Imaginem do fim do Minhocão até a Av. Pompéia, o inferno que fica o trânsito por causa dos shows e eventos no Allianz.” Ou seja, além do ruído há o caos viário que atinge milhares de trabalhadores que nada têm a ver com a festa. Xisto ressaltou que dentro daqueles ônibus parados no engarrafamento há gente sofrendo: “tem o meu pequeno netinho, que é autista.” A criança fica horas presa no trânsito, angustiada. E não é só. Quando finalmente consegue chegar ao bairro onde mora, no extremo da cidade, Xisto encontra a continuação do tormento: vizinhos que também queriam descansar não conseguem, porque começam os “bentidos” (benditos, no sarcasmo dele) barulhos locais. Ele relatou que agora pancadões de rua e rachas de moto não ocorrem só no fim de semana – “tem de quinta, sexta, sábado e domingo; folga na segunda que é dia de feira,” ironizou sobre a “agenda” dos baderneiros. Isso impede qualquer um de dormir: “Mal termina a novela na TV, já começa a barulheira.” Xisto disse que no bairro dele tem idosos com dor de cabeça, acamadas, pais de família doentes, todos sem conseguir repousar. Ele expressou revolta por nenhum representante da Prefeitura ou PSIU estar ali presente ouvindo tudo – “uma vergonha não ter ninguém do nosso ‘psiu-prefeito’ aqui,” alfinetou. Comentou que se houvesse fiscalização capacitada e em número suficiente, cumprindo os horários e leis já existentes, não haveria tantas demandas acumuladas. Xisto chegou às lágrimas em seu protesto: “Brigo não só pelo meu netinho autista, que quando começa o pancadão e as motos ele se agita, se bate no chão, mas por todos – pela vovó do lado com dor de cabeça, pelos doentes.” Num apelo direto, ele desafiou o Prefeito: “Prefeito, você e sua turma que vive atrás de voto: convido a pegar um ônibus como a

gente, ir lá em casa tomar um café e passar uma noite ouvindo o pancadão e a moto acelerando, com uma criança especial e um idoso sofrendo ao seu lado. Depois me dê um retorno”. Disse esperar um “retorno satisfatório”: ou seja, que o Prefeito responda com ações concretas, com leis cumpridas, fiscais treinados e valorizados para aplicar a lei. Finalizou pedindo desculpas pela emoção, mas deixou claro que não aguenta mais e quer dignidade para viver e trabalhar. Sua fala arrancou aplausos solidários, e muitos se comoveram.

- Igor (Morador de Itaquera, Zona Leste): Representou quem sofre com os “pancadões disfarçados” em bairros residenciais. Igor disse que, apesar de morar longe (Itaquera), veio se solidarizar com os moradores do centro – “fico triste em saber que tanta gente sofre, mas aliviado de não estar sozinho na luta”. Explicou que na Zona Leste o problema às vezes não são megaeventos, mas pequenos empreendimentos clandestinos: pessoas compram casas e terrenos e os transformam em casas de festa com piscina e som alto, que são alugadas para eventos particulares. Esses lugares recebem bailes e shows abertos, mas sem nenhuma estrutura ou respeito aos vizinhos. No quarteirão dele, onde Igor mora há 36 anos (e vizinhos há mais de 40), surgiu um espaço assim, e os moradores idosos estão padecendo com o barulho e a falta de respeito do proprietário e dos frequentadores. Ele e outros já foram à Subprefeitura de Itaquera reclamar, sem retorno nenhum. Descobriram informalmente que o efetivo do PSIU é mínimo naquela região, o que prejudica as ações. Além disso, quando fazem queixa no sistema, muitas vezes aparece como “caso resolvido/sem irregularidade”, o que revolta os moradores porque o barulho estava evidente e nada foi feito. Igor, visivelmente emocionado, disse que se comoveu com o depoimento anterior (de Xisto) ao ver as lágrimas dele – “me solidarizo porque tenho minha mãe de 80 anos em casa sofrendo, meus vizinhos de 80 anos com pressão alta, adoecendo”, relatou. Confessou que ele próprio, que não tinha problemas de saúde, desenvolveu hipertensão e ansiedade devido ao estresse sonoro. Contou que, na sua rua, as festas ilegais duravam até de manhã; recentemente, após insistência, conseguiram que acabem por volta de 8h ou 9h da manhã, “ou seja, só a partir desse horário a gente pode dormir – antes disso, dentro da nossa própria casa, não dá pra pregar o olho. É um absurdo,” desabafou. No último domingo ele ligou cinco vezes para o 190 (Polícia) e ninguém atendeu. Quando atendem, dizem que precisam que o denunciante se identifique e, caso entrem, a festa precisa autorizar a entrada – um contrassenso, pois obviamente os responsáveis não deixam. Igor disse que quando os vizinhos se identificaram numa ocasião, os organizadores chegaram a ameaçar, afirmando que “ali quem manda são eles”. Isso instaurou medo na vizinhança, que fica refém do barulho e com receio de denunciar por possíveis retaliações. “Nós nos tornamos reféns dessa situação,” afirmou. Igor então suplicou ajuda: “Vereador, a gente pede socorro, porque já tentamos de tudo e nada. Estamos com medo e não temos mais a quem recorrer.” Ele sugeriu que a solução passa por aumentar efetivo do PSIU, realmente fiscalizar e fechar esses estabelecimentos clandestinos e garantir anonimato e proteção aos denunciadores, senão os moradores ficam impotentes. Concluiu dizendo que espera

que, com a pressão de todos esses movimentos unidos, as autoridades finalmente olhem também pelas periferias, onde a lei do silêncio muitas vezes não existe.

- Carlos (Representante de coletivos de bairro): Último a falar, Carlos fez um fecho indignado em nome de duas entidades comunitárias que integra. Ele comparou a situação dos moradores a uma tortura e humilhação. “Uma das formas mais antigas de tortura é privar alguém de descanso, mantê-la acordada sem parar,” lembrou. Pois é isso que estão fazendo com a população – torturando pelo barulho. E pior: “estão nos torturando e abusando usando o nosso próprio patrimônio,” explicou, referindo-se aos espaços públicos que viraram fonte de poluição sonora. É como se as pessoas financiassem (via impostos e bens públicos) a estrutura que as agride – uma humilhação inaceitável, nas palavras dele. Carlos diferenciou dois tipos de problema: 1) o som alto em âmbito privado (um vizinho ou comércio específico), que o Direito Civil pode resolver caso a caso; 2) o som oriundo de atividades em área pública ou de interesse público (shows em praças, estádio municipal, carnaval de rua etc.), que demanda política pública e atuação dos governantes. O que indigna, segundo ele, é que justamente onde o poder público deveria ser mais rigoroso – na autorização de eventos em vias e praças – não está sendo. “O uso da via pública para eventos que geram ruído deveria ser extremamente rigoroso, e não é,” sentenciou. Isso, para Carlos, configura até prevaricação: agentes públicos têm dever de agir e não agem, o que é faltar com suas obrigações. Ele questionou “por que o Judiciário também não está agindo” – há tantas ações e queixas, e mesmo com provas científicas os juízes parecem lentos ou omissos, disse. Além do Executivo, cobrou o Legislativo Municipal: parabenizou Toninho Vespoli pela iniciativa, mas notou que a maioria dos vereadores não compareceu nem mandou representante. “A ausência deles aqui mostra o pouco valor que dão à população de São Paulo,” afirmou. Se o tema não atrai holofotes ou votos, muitos políticos ignoram, concluiu, “não valorizam o bem-estar do povo como deveriam”. Carlos pediu que aquilo sirva de alerta para cobrar mais dos nossos representantes e não deixar o assunto esfriar. Por fim, reforçou que a população precisa ser ouvida e respeitada. Do jeito que está, com eventos fazendo barulho a bel prazer, São Paulo se torna terra de ninguém em termos de silêncio. Exigiu regras duras e claras para qualquer evento em área aberta, e punição a quem as descumprir – seja organizador privado ou agente público negligente. A plateia aplaudiu, endossando essa fala firme de encerramento. Carlos se despediu agradecendo e mandando um abraço a companheiros de luta (citou Célia e Natalini, envolvidos em batalhas como a do Parque Augusta), e expressou esperança de que com essa união de forças, São Paulo rume a ser uma cidade menos ruidosa e mais humana.

Principais problemas identificados:

A partir dos relatos dos participantes, destacam-se os seguintes problemas centrais relacionados à poluição sonora urbana em São Paulo:

- **Excesso de eventos em áreas residenciais:** Foi consenso que há quantidade abusiva de eventos de grande porte em zonas urbanas habitadas, sem respeitar a capacidade de suporte dos bairros. No Allianz Parque, Pacaembu, Vale do Anhangabaú e outros locais, ocorrem shows e festivais em sequência, muitas vezes todas as semanas e fins de semana. Em certos meses, praticamente não há fim de semana sem barulho, e houve casos de eventos todos os dias por quase um mês inteiro. Além disso, vários testemunhos citaram eventos prolongados (8h, 10h, 12h seguidas) e viradas de madrugada, com dois ou três dias seguidos de som alto. Esse calendário excessivo torna contínuo um incômodo que deveria ser esporádico, impedindo o descanso semanal garantido.
- **Horários inadequados e desrespeito às leis vigentes:** Diversos eventos têm sido autorizados durante madrugadas, infringindo a legislação municipal (Lei do PSIU) que proíbe atividades ruidosas em locais abertos após 1h da manhã. Exemplos citados incluem shows que adentraram 4h, 5h, 6h da manhã. Há denúncia de que a própria Prefeitura emite alvarás permitindo horários ilegais, como no Vale do Anhangabaú, configurando descumprimento deliberado da lei. Essa liberalidade acaba também incentivando outros a burlar regras – por exemplo, bares e festas de rua em bairros como Bixiga passaram a ir madrugada adentro ao verem a falta de fiscalização nos grandes eventos. Houve ainda menção a “jabutis” em leis (emendas sorrateiras) que afrouxaram limites de ruído – caso de 2022, quando alteraram o padrão noturno de 50 dB para 75 dB, dificultando a proteção dos moradores.
- **Ausência ou falha de fiscalização (PSIU):** Os relatos evidenciaram uma fiscalização extremamente precária por parte do poder público. O órgão responsável (Programa de Silêncio Urbano – PSIU) tem atuado pouco e apenas reativamente. No Allianz Parque, foram apenas 6 fiscalizações em 11 anos e todas ocorreram a pedido do Ministério Público. Em outras localidades, o PSIU muitas vezes não atende às chamadas (foi citado um caso recente em que nem atendeu solicitação do MP para medir som). Quando age, aplica multas, mas não garante a solução: mesmo com multas sucessivas e ordens de fechamento administrativo, as atividades reabrem e continuam, às vezes amparadas por mudanças casuísticas na lei. A sensação é de impunidade: os organizadores declaram que vão cumprir limites sonoros no papel, mas na prática excedem muito esses limites e nada acontece. Não há monitoramento sonoro constante nos eventos, o que abre espaço para abusos. Além disso, foi apontado conflito de interesse interno: a mesma Prefeitura que autoriza os eventos (via Subprefeituras, Secretaria de Licenciamento etc.) é a responsável por fiscalizar e punir – gerando uma tendência à leniência. Em resumo, falta presença fiscalizatória eficaz, tanto preventiva (antes/durante eventos) quanto punitiva (após infrações).
- **Emissão de alvarás sem controle de impacto e sem coordenação:** Os alvarás temporários para eventos, concedidos pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (CONTRU), focam apenas em exigências de segurança estrutural e

ignoram completamente os impactos de vizinhança (ruído, trânsito, aglomeração). Não há condicionantes sobre limite de eventos por período, tampouco restrições claras de horário adequadas à zona residencial. Assim, a Prefeitura vem autorizando eventos demais, em datas muito próximas umas das outras e com longa duração, retirando dos moradores o direito ao repouso em finais de semana, feriados e noites. Também não são contempladas no alvará medidas sobre montagem e desmontagem de estruturas – período em que ocorre barulho intenso de caminhões, martelos, testes de som fora do horário do evento. Outro ponto é a falta de coordenação entre órgãos: houve casos de eventos simultâneos no mesmo bairro aprovados por instâncias diferentes (ex.: concessionária faz show no estádio enquanto a Prefeitura autoriza outro na praça vizinha), criando uma soma de ruídos e transtornos que poderiam ser evitados com planejamento. A expressão usada foi que vivemos a “era do eventismo”, na qual parece que tudo vira evento (até parques esportivos e ruas de lazer), sem cuidado com a soma e frequência dessas atividades.

- **Privatização do espaço público e prejuízo à comunidade local:** Um problema recorrente é que, durante os eventos privados, o espaço público é fechado e apropriado, privando os moradores e o público em geral de utilizá-lo. Tanto no Vale do Anhangabaú quanto no Parque do Ibirapuera, Praça Charles Miller, Clube Tietê, etc., monta-se infraestrutura que cerca parques e praças com tapumes, bloqueia ruas e calçadas, desvia linhas de ônibus. Assim, a comunidade local perde seu espaço de lazer e mobilidade nos dias de evento, ficando apenas com os ônus (barulho, sujeira, trânsito) sem poder desfrutar do local. Relatos indicam que, por exemplo, o Vale do Anhangabaú permaneceu inacessível por mais de 20 dias num mês devido às estruturas de shows. Além disso, surgiram casos extremos de restrição de uso mesmo fora dos eventos – como seguranças impedindo moradores de tirar fotos em áreas concedidas. Em paralelo, a vocação original de certos equipamentos públicos é desvirtuada (por exemplo, estádio esportivo virando casa de espetáculos, parque esportivo sendo alugado para shows), configurando desvio de finalidade e violando a função social daqueles espaços. Esse processo de mercantilização do espaço público beneficia um público pagante restrito e empresas privadas, em detrimento do acesso universal e gratuito que se espera de bens públicos – agravando a sensação de injustiça entre os moradores.
- **Efeitos na saúde física e mental dos moradores:** Os depoimentos reforçaram o grave impacto do ruído excessivo na saúde. Vários moradores relataram sintomas e problemas como estresse, irritabilidade, insônia crônica, ansiedade, depressão, taquicardia e outras manifestações fisiológicas (pressão alta, dor de cabeça) decorrentes da privação de sono e do estresse auditivo contínuo. Houve menção a idosos, crianças e pessoas com condições especiais (ex: TEA – Transtorno do Espectro Autista) extremamente afetadas – no caso da Avenida Paulista, citou-se uma verdadeira crise de saúde pública local entre residentes vulneráveis. Especialistas explicaram que a poluição sonora está ligada ao aumento de doenças cardiovasculares (hipertensão,

infarto, derrame), metabólicas (diabetes tipo 2, colesterol alto) e cognitivas (déficit de atenção em crianças, demência em idosos), além de potencializar transtornos mentais e até comportamento agressivo. O ruído contínuo “adoece a cidade” de forma silenciosa – um morador afirmou que a falta de sono o levou a sentir ímpetos de violência, exemplificando como o som extremo pode abalar o equilíbrio emocional. Portanto, não se trata apenas de “incômodo” passageiro: o direito ao silêncio noturno e ao descanso está diretamente ligado ao direito à saúde. A perda de noites de sono regularmente configura um dano coletivo que reduz a qualidade de vida e a expectativa de vida da população exposta.

- **Prejuízos à qualidade de vida e ao trabalho:** Vários moradores destacaram que, além das questões de saúde, o ruído afeta a vida socioeconômica deles. Sem dormir no fim de semana, chegam exaustos ao trabalho na segunda-feira, o que diminui a produtividade e pode gerar até perda de empregos ou renda. Ou seja, o suposto benefício econômico de um evento (empregos temporários, turismo) pode ser contrabalançado pelo malefício econômico difuso de milhares de trabalhadores rendendo menos, adoecendo e eventualmente sobrecarregando o sistema de saúde. Foi citado que a inação frente ao ruído gera custos ao SUS com tratamentos de doenças que poderiam ser evitadas. Também houve menção ao tempo de lazer roubado: moradores sentem que estão perdendo horas e dias de vida, pois ficam confinados ou têm que sair de casa para fugir do barulho – ou sofrem acordados quando gostariam de descansar. Em suma, a poluição sonora diminui o bem-estar geral e fere direitos fundamentais: o direito ao sossego, à saúde, ao meio ambiente equilibrado e à fruição tranquila da moradia.
- **Falta de participação e transparência nas decisões:** Emergiu dos relatos uma crítica à carência de diálogo do poder público com a comunidade local na aprovação desses eventos e concessões. Associações de moradores se sentem ignoradas – por exemplo, a concessão do Pacaembu não teve conselho participativo devido a manobras legais, e no Vale do Anhangabaú as decisões parecem tomadas unilateralmente. Muitas informações (como calendário de eventos em espaços concedidos, medições de ruído oficiais, dados de impacto) não são divulgadas, dificultando o controle social. Os conselhos municipais existentes ou foram esvaziados ou não são ouvidos. Essa falta de transparência alimenta a suspeita de interesses econômicos influenciando as políticas – mencionou-se financiamento de campanha por empresas beneficiárias e um possível lobby para flexibilizar leis em favor do setor de eventos e entretenimento. A consequência é uma sensação de desproteção e descrença: moradores precisam recorrer ao Ministério Público e à Justiça para serem ouvidos, quando idealmente a negociação e o planejamento deveriam ocorrer dentro da esfera municipal de forma participativa.

Propostas apresentadas pelos participantes:

Ao longo da audiência, moradores de diversas regiões da cidade apresentaram propostas claras e concretas para enfrentar o avanço da poluição sonora em São Paulo. Apesar das realidades específicas de cada bairro (Allianz Parque, Pacaembu, Vale do Anhangabaú, Parque Tietê, Bela Vista, Bixiga, Bom Retiro, Paulista, entre outros) as reivindicações convergiram para um conjunto comum de medidas urgentes. Essas propostas refletem tanto a vivência cotidiana dos munícipes quanto a compreensão de que o problema do ruído extrapola o incômodo subjetivo e já se configura como questão de saúde pública.

De forma muito reiterada, os participantes defenderam a necessidade imediata de reduzir o volume dos eventos, lembrando que a solução técnica mais simples (literalmente “apertar o botão do volume”) é ignorada pelo poder público e pela indústria do entretenimento. Relatos mostraram que o nível de pressão sonora vem sendo elevado artificialmente e a redução para patamares seguros seria suficiente para permitir que eventos continuem ocorrendo sem destruir o bem-estar dos moradores.

Outro ponto amplamente enfatizado foi o respeito ao horário de término dos eventos, sobretudo em áreas adensadas. Moradores relataram episódios de shows avançando pela madrugada, privando a comunidade do sono e gerando adoecimento. A proposta foi que a Prefeitura passe a cumprir rigorosamente o limite das 23h (já previsto na legislação) e cesse a prática de autorizar atividades sonoras que ultrapassem esse horário em ambiente aberto.

Também houve grande preocupação com as passagens de som, que hoje ocorrem sem regra, muitas vezes fora do horário permitido e com volume superior ao do próprio espetáculo. Os munícipes defenderam que os soundchecks (passagem de som) tenham horário definido, aconteçam apenas durante o dia e sejam incluídos de forma explícita nos alvarás de eventos, com fiscalização ativa do poder público.

A falta de fiscalização foi tema recorrente. Diversos moradores relataram que o PSIU raramente comparece ou só se mobiliza quando acionado pelo Ministério Público. A proposta foi fortalecer a fiscalização municipal, garantindo presença no local durante os eventos e adotando uma postura proativa, não apenas reativa, com medição técnica e aplicação imediata de penalidades quando houver infrações.

A audiência também revelou forte insatisfação com a sequência excessiva de eventos, muitas vezes sem intervalos para descanso da vizinhança. Moradores pediram a limitação de datas consecutivas e a garantia de semanas de respiro, especialmente em regiões residenciais. De igual modo, destacou-se a necessidade de impedir sobreposição de eventos simultâneos na mesma área, prática que faz o ruído se multiplicar de forma descontrolada.

Outro eixo importante das propostas foi a revisão dos alvarás temporários. Os participantes criticaram o fato de que tais autorizações tratam apenas de segurança estrutural, mas não contemplam nenhuma regra de mitigação de impacto para moradores. Eles defenderam que os alvarás passem a incluir condicionantes claras sobre montagem e desmontagem, horários, passagens de som, uso do espaço público e responsabilidade sobre o comportamento do público externo.

Os moradores também pediram medidas objetivas para lidar com práticas adicionais que agravam o problema, como a queima de fogos barulhentos, solicitando sua real e efetiva proibição em áreas urbanas densas, especialmente próximas a residências e hospitais.

Além disso, muitos participantes defenderam a necessidade de redirecionar eventos de grande porte para locais mais adequados, como áreas afastadas de residências ou polos de eventos concebidos para esse fim. Parques, praças e áreas de lazer não deveriam operar como arenas de shows, pois isso prejudica tanto a mobilidade urbana quanto o próprio uso comunitário desses espaços.

Por fim, os moradores lembraram que o espaço público não pode ser apropriado por produtora ou concessionária. As ruas tomadas por filas, acampamentos, bloqueios e estruturas antes mesmo do evento foram motivos de indignação. A proposta é que a Prefeitura garanta que as filas e operações logísticas ocorram dentro do espaço privado do evento, evitando que o cotidiano do bairro seja inviabilizado.

Em síntese, os participantes pediram ao poder público que cumpra e faça cumprir a lei, impondo limites claros, fiscalizando de forma efetiva e priorizando a saúde e o direito ao descanso dos moradores. O conjunto de propostas apresentadas demonstra que a sociedade civil não solicita nada extraordinário ou tecnicamente complexo: apenas que a cidade funcione com equilíbrio, respeito e previsibilidade e que nenhum interesse econômico se sobreponha aos direitos fundamentais à saúde e ao meio ambiente equilibrado.

Encaminhamentos e conclusões:

Ao final da audiência, foram delineados alguns encaminhamentos e próximos passos para dar continuidade às reivindicações e soluções apontadas:

- **Registro e envio das demandas às autoridades competentes:** O vereador Toninho Vespoli se comprometeu a compilar tudo que foi discutido na audiência e encaminhar um relatório ao Prefeito de São Paulo e aos órgãos públicos ausentes (Subprefeituras, Secretaria de Licenciamento, etc.). A expectativa é obter respostas do Executivo sobre as reclamações e propostas apresentadas, cobrando um posicionamento oficial. Além disso, esse relatório deverá servir de base para fiscalização da própria Câmara.

- **Atuação do Ministério Público e recomendações legais:** Ficou evidente o papel crucial do Ministério Público nesse tema. Representantes dos moradores já têm dialogado com promotores, e Toninho relatou que numa reunião recente o MP determinou que o PSIU realize fiscalização no Vale do Anhangabaú. Assim, como encaminhamento, os movimentos e o mandato do vereador vão continuar acionando o MP para que ele use suas atribuições (por exemplo, instaurar inquéritos, propor TACs ou ações judiciais) visando fazer cumprir a lei do silêncio. Há a possibilidade de o MP expedir recomendações formais à Prefeitura para que adeque os alvarás e intensifique a fiscalização, sob pena de medidas legais.
- **Mobilização contínua dos moradores e Frente Cidadã:** A audiência não encerra o assunto – ao contrário, fortaleceu a articulação entre os diversos movimentos de bairros. A Frente Cidadã pela Despoluição Sonora pretende manter a pauta viva. Como encaminhamento, a Frente seguirá realizando reuniões, trocando informações entre bairros e dando suporte técnico (com laudos acústicos, pareceres médicos e jurídicos) para embasar as reivindicações locais. Está nos planos também continuar as missões em Brasília, onde já estão em curso tratativas para apresentar um projeto de lei nacional. A união dos moradores é vista como estratégica: uma das moradoras disse que conquistas em um bairro podem ter efeito dominó e inspirar outros.
- **Acompanhamento pela Câmara Municipal:** O único vereador presente (Toninho Vespoli, que propôs a audiência) indicou que a Câmara deve continuar acompanhando o tema e pressionando o Executivo. Toninho mencionou a importância de uma frente na cidade (como a Frente Cidadã) e parabenizou a iniciativa, sinalizando apoio. Poderá haver, por exemplo, pedidos de informação oficiais sobre o cumprimento da Lei do PSIU, sobre os termos das concessões e sobre as medidas que a Prefeitura pretende adotar para reduzir o ruído urbano. A Câmara, através da Comissão de Administração Pública ou de outras, pode ainda propor alterações legislativas conforme apontado (rever leis, instituir novos mecanismos de controle).
- **Sensibilização e reconhecimento da poluição sonora como problema de saúde pública:** Um encaminhamento de caráter mais amplo foi dar publicidade aos fatos e dados levantados, de modo a sensibilizar mais setores da sociedade (mídia, órgãos de saúde, instituições científicas). A participação de entidades renomadas (sociedades médicas, institutos de pesquisa) no movimento ajuda a conferir autoridade técnica ao pleito. Espera-se, por exemplo, que a OMS (Organização Mundial da Saúde) – com quem Marcelo Sando dialogou – inclua São Paulo em programas pilotos de controle de ruído ou emita orientações específicas para metrópoles. No nível local, a ideia é que a Secretaria Municipal da Saúde passe a tratar a poluição sonora como um fator de risco importante, integrando ações de prevenção (poderiam ser feitas campanhas educativas sobre os malefícios do barulho, incentivos a estabelecimentos adotarem práticas silenciosas, etc.). Em síntese, mudar a cultura: retirar o estigma de que o barulho é uma questão de mera incomodidade e afirmar, com respaldo institucional, que é uma

questão séria de saúde coletiva. Isso contribuiria para ganho de causa na opinião pública e facilitaria a implementação das medidas concretas.

- **Próximas reuniões e avaliação de resultados:** Por fim, ficou subentendido que haverá um retorno aos participantes sobre os desdobramentos. Toninho Vespoli sugeriu manter os cidadãos informados via suas redes sociais (inclusive mencionou que convidaria moradores para acompanhá-lo em medições de ruído em campo). A expectativa é que, alguns meses adiante, possa-se avaliar se houve melhora – por exemplo, se o PSIU começou a agir com mais frequência, se os alvarás de 2025/2026 vieram com novas restrições, se algum promotor de eventos voluntariamente adotou práticas mitigatórias, etc. Caso contrário, os moradores já sinalizaram que irão intensificar os protestos e ações legais até serem atendidos. A mobilização continuará até que São Paulo deixe de ser a cidade “que não dorme” para ser uma cidade que respeita a saúde de todos.

Conclusão

Em conclusão, a audiência pública deixou claro que a poluição sonora urbana em São Paulo atingiu níveis incompatíveis com o bem-estar da população, configurando uma emergência de saúde pública e urbana. Moradores de diversas regiões uniram suas vozes para denunciar abusos na realização de eventos barulhentos, a omissão do poder público na fiscalização e a necessidade urgente de mudança nas políticas municipais. Ficou evidente que é possível e necessário buscar um equilíbrio: São Paulo pode ser uma cidade vibrante culturalmente sem adoecer seus habitantes. Para isso, serão necessários esforços conjuntos: vontade política da Prefeitura e Câmara em regulamentar e fiscalizar, apoio das autoridades de saúde e justiça em proteger os direitos difusos, e persistência da sociedade civil em cobrar soluções. Os encaminhamentos apontam para essa direção. O relatório desta audiência será um instrumento importante para embasar cobranças futuras e manter o tema em evidência. Como demonstrado, “barulho em excesso não é diversão, é destruição”: destruição da saúde e da qualidade de vida. Reverter esse quadro é um desafio real, mas inadiável, para que São Paulo seja uma cidade verdadeiramente boa para todos, onde desenvolvimento e descanso caminhem lado a lado.

São Paulo, 08 de dezembro de 2025

despoluicaoosonora.org



Marcelo Sando

(11) 97096-9404 / marcelo@marcelosando.com

Idealizador da Frente Cidadã pela Despoluição Sonora e do movimento Paulista Boa para Todos

Movimentos na Frente Cidadã:

Cambuci por mais qualidade de vida; Comitê Regional dos Consegs CRM1; CONSEG Consolação Higienópolis Pacaembu; MOVPAULISTA; AMORPI (Associação de Moradores da Rio Claro Pamplona e Itapeva e arredores); CADES Lapa; CONSEG Bom Retiro; Associação Viva Pacaembu; MPS (Movimento pela Paz e Segurança – Belém); CONSEG Belém; Ipiranga Sem Ruído; SOS Instituto Butantan; Anhangabaú Sem Barulho; Impactos de Vizinhança Arena Allianz Parque; Movimento Zona Oeste Sem Ruído; Silêncio Capão; Paulista Boa Para Todos.